

ÍNDICE GERAL

Apresentação	5
Introdução	7

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Princípios fundamentais

Artigo 1.º (República Portuguesa)	13
Artigo 2.º (Estado de direito democrático)	15
Parecer n.º 16/92: Função pública; Limite de vencimento; Orçamento; <i>Cavalier budgétaire</i> ; Princípio da igualdade; Princípio do Estado de direito democrático; Princípio da confiança; Princípio da segurança jurídica; Retroactividade da lei; Aplicação de norma inconstitucional	18
Artigo 3.º (Soberania e legalidade)	59
Artigo 4.º (Cidadania Portuguesa)	61
Artigo 5.º (Território).....	63
Parecer n.º 153/88: Soberania nacional; Território nacional; Princípio da territorialidade da lei penal; Aplicação da lei penal no espaço; Cooperação internacional	64
Artigo 6.º (Estado unitário)	89
Artigo 7.º (Relações internacionais)	95
Parecer n.º 121/84: Crimes contra o Estado; Direitos e liberdades fundamentais; Direito internacional público; Solidariedade internacional; Liberdade de expressão; Liberdade de informação; Liberdade de reunião	97
Artigo 8.º (Direito internacional)	127
Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado)	139
Artigo 10.º (Sufrágio universal e partidos políticos)	141
Artigo 11.º (Símbolos nacionais)	143
Parecer n.º 86/86: Regiões autónomas; Região Autónoma dos Açores; Autonomia regional: Luto nacional; Bandeira Nacional; Bandeira regional; Acto de governo; Acto político; Função política; Competência do Governo	144
Artigo 12.º (Princípio da universalidade)	179
Artigo 13.º (Princípio da igualdade)	183
Parecer n.º 116/88: Advocacia; Advogado estagiário; Acesso à profissão; Liberdade de escolha de profissão; Incompatibilidade; Funcionário público; Agente administrativo; Restrição de direitos; Direito ao trabalho; Princípio da igualdade	198
Artigo 14.º (Portugueses no estrangeiro)	253
Artigo 15.º (Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus)	255
Parecer n.º 6/94: Estrangeiros; Asilo político; Residência; Pedido de asilo; Acesso aos tribunais; Patrocínio judiciário; Apoio judiciário; Direitos, liberdades e garantias	259

PARECERES DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Parecer n.º 23/81; Estrangeiros; Exercício de funções públicas; Funções de carácter predominantemente técnico; Professor do ensino secundário	309
Artigo 16.º (Âmbito e sentido dos direitos fundamentais)	327
Artigo 17.º (Regime dos direitos, liberdades e garantias)	333
Artigo 18.º (Força jurídica)	337
Artigo 19.º (Suspensão do exercício de direitos)	345
Artigo 20.º (Acesso ao direito e aos tribunais)	347
Parecer n.º 85/92: Gabinete de consulta jurídica; Acesso ao direito; Informação jurídica; Consulta jurídica; Autarquia local; Estado; Ordem dos Advogados	360
Artigo 21.º (Direito de resistência)	413
Artigo 22.º (Responsabilidade das entidades públicas)	415
Parecer n.º 16/91: Região Autónoma da Madeira; Extração de areia; Domínio público hídrico; Direito ao ambiente; Responsabilidade civil da Administração; Obrigação de indemnização	420
Parecer n.º 12/92: Detenção ilegal; Prisão ilegal; Acto jurisdicional; Acto de gestão pública; Indemnização; Competência dos tribunais; Responsabilidade civil do Estado; Função administrativa; Função jurisdicional	481
Artigo 23.º (Provedor de Justiça)	531
Deveres fundamentais	533
Pareceres referidos neste volume	535
Índice Remissivo	539
Índice Geral	549